

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 352, DE 11 DE AGOSTO DE 2005.

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde em sua Centésima Quinquagésima Sétima Reunião Ordinária, realizada nos dias 10 e 11 de agosto de 2005, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e

- considerando que o acesso universal a medicamentos anti-retrovirais para tratamento do HIV/Aids no Brasil está assegurado na Constituição Federal, na Lei 8.080/90 e na Lei 9.313/96;

- considerando que a política de distribuição gratuita de medicamentos anti-Aids teve impacto positivo no aumento da quantidade e qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV/Aids no Brasil;

- considerando que, para garantir o acesso a 170.000 pacientes, o Sistema Único de Saúde-SUS prevê gastar cerca de R\$ 1 bilhão em 2005, sendo que 80% destes recursos destinam-se à importação de apenas três medicamentos patenteados: Efavirenz, Lopinavir e Tenofovir;

- considerando que os elevados preços dos medicamentos patenteados já comprometem a sustentabilidade do programa brasileiro de combate à Aids;

- considerando que a 12ª Conferência Nacional de Saúde deliberou que “o direito à vida e à saúde precede qualquer acordo comercial” (Art. 52, Eixo VIII do Relatório);

- considerando que o licenciamento compulsório e a consequente produção local de anti-retrovirais é totalmente compatível com a legislação brasileira e as flexibilidades previstas no acordo TRIPS da Organização Mundial do Comércio e na Declaração de Doha;

- considerando que o Brasil dispõe de infra-estrutura e capacidade técnica para a fabricação nacional de anti-retrovirais seguros, de qualidade e de baixo custo;

- considerando que o Sistema Único de Saúde-SUS não dispõe de recursos suficientes e que as economias decorrentes da produção nacional poderão ser investida em outras ações de saúde.

Resolve:

a) que diante do fracasso da negociação de redução significativa dos preços dos medicamentos Efavirenz, Lopinavir e Tenofovir, o Ministério da Saúde e o Governo Federal devem encerrar as negociações com os laboratórios detentores destas patentes;

b) que sejam emitidas imediatamente licenças compulsórias dos medicamentos Efavirenz, Lopinavir e Tenofovir, bem como de outros anti-retrovirais patenteados que oneram ou venham onerar o orçamento do Sistema Único de Saúde-SUS;

c) que tenha início a fabricação local dos medicamentos, com investimento, fortalecimento dos laboratórios estatais, e ampliação dos recursos destinados à pesquisa, inclusive visando a produção dos princípios ativos;

d) que, frente aos Tratados Internacionais, sejam considerados desleais e ilegais quaisquer retaliações comerciais contra o Brasil, após a adoção do licenciamento compulsório; e

e) que o Ministério da Saúde promova amplo debate sobre o impacto das patentes no acesso a medicamentos no país, a análise e a revisão da legislação brasileira de patentes, bem como sua regulamentação e decretos.

SARAIVA FELIPE

Presidente do Conselho Nacional de Saúde

Homologo a Resolução CNS Nº 352, de 11 de agosto de 2005, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

SARAIVA FELIPE

Ministro de Estado da Saúde

